

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO ANO ACADÉMICO

Sob a presidência do Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante António Maria Mendes Calado, teve lugar em **7 de janeiro**, no Auditório da Academia de Marinha, a Sessão Solene de Abertura do Ano Académico, com a apresentação da comunicação **“As antigas ordens militares, uma reflexão geopolítica”**, pelo **Dr. Jaime Gama**.

Após agradecer ao Almirante CEMA o ter aceitado presidir à Sessão de Abertura do Ano Académico, o Presidente da Academia de Marinha, Almirante Francisco Vidal Abreu, solicitou ao Almirante CEMA que fizesse a entrega do diploma de Membro Honorário ao Contra-almirante, Engenheiro Construtor Naval, Rogério d'Oliveira, quarto Presidente desta Academia, que durante o período da sua presidência de cerca de 18 anos, foi o grande responsável pela transferência da Academia de Marinha para o espaço onde se encontra atualmente.

Seguidamente, usou da palavra o Chanceler das Antigas Ordens Militares, Dr. Jaime Gama, que na sua comunicação lembrou que as Antigas Ordens Militares são o testemunho da tradição secular de que são herdeiras as Ordens Honoríficas Portuguesas.



Sessão Solene de Abertura do Ano Académico



Muito embora conservem a antiga nomenclatura de «Ordem Militar», trata-se hoje em dia de uma designação que pretende destacar o carácter histórico que lhes está associado.

De referir que o livro *Ordens Honoríficas Portuguesas*, publicado pela Imprensa Nacional de Lisboa, em 1968, cita que “(...) as ordens monástico-militares que lhes deram origem foram criadas na Idade Média, com a aprovação do Papa e com a proteção régia, visando tomar parte ativa na Reconquista, à qual deram um contributo decisivo.

As ordens monástico-militares criadas em Portugal (Ordens Militares Nosso Senhor Jesus Cristo, de São Bento de Avis e de Sant’Iago da Espada) e nos restantes reinos da Península Ibérica (Ordens Militares de Santiago, Calatrava, Montesa e Alcântara) inspiraram-se, por seu turno, nas ordens militares criadas no Reino de Jerusalém no século XI para defesa da Terra Santa – a Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém e a Ordem dos Templários.”

No século XVI as ordens militares perderam autonomia ao entregarem a sua administração à Coroa.

Em 1789, durante o reinado de D. Maria II, deu-se a extinção das ordens e a transferência dos seus bens para a Coroa. As Ordens passaram a ser meramente honoríficas, assentes no mérito individual.

Após a implantação da República, algumas das ordens vigentes sob o deposto regime monárquico foram extintas, apenas se tendo mantido a Ordem Militar da Torre e Espada.

Mais tarde, já em 1917, foi reformulada e restabelecida a *Ordem Militar de Avis* e no final da Grande Guerra, em 1918, foram restabelecidas a *Ordem Militar de Cristo* e a *Ordem Militar de Sant’Iago da Espada* como Ordens Honoríficas, tendo como Grão-Mestre o Presidente da República.

Sessão Solene de Abertura do Ano Académico



Assim, são quatro as Antigas Ordens Militares com insígnias específicas, consagradas na Lei das Ordens Honoríficas: a *Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito*; a *Ordem Militar de Cristo*; a *Ordem Militar de Avis* e a *Ordem Militar de Sant'ago da Espada*.

A terminar, salientou o orador a importância da *“dimensão protocolar de que se revestem hoje as antigas ordens militares, enquanto ordens honoríficas, no contexto medieval europeu e peninsular da época em que foram instituídas, centrando a sua análise no papel desempenhado pelas antigas ordens religiosas militares na formação do Estado Português”*.



Sessão Cultural

“A extinção da Provedoria das Armadas e a criação da Intendência da Marinha nos Açores”

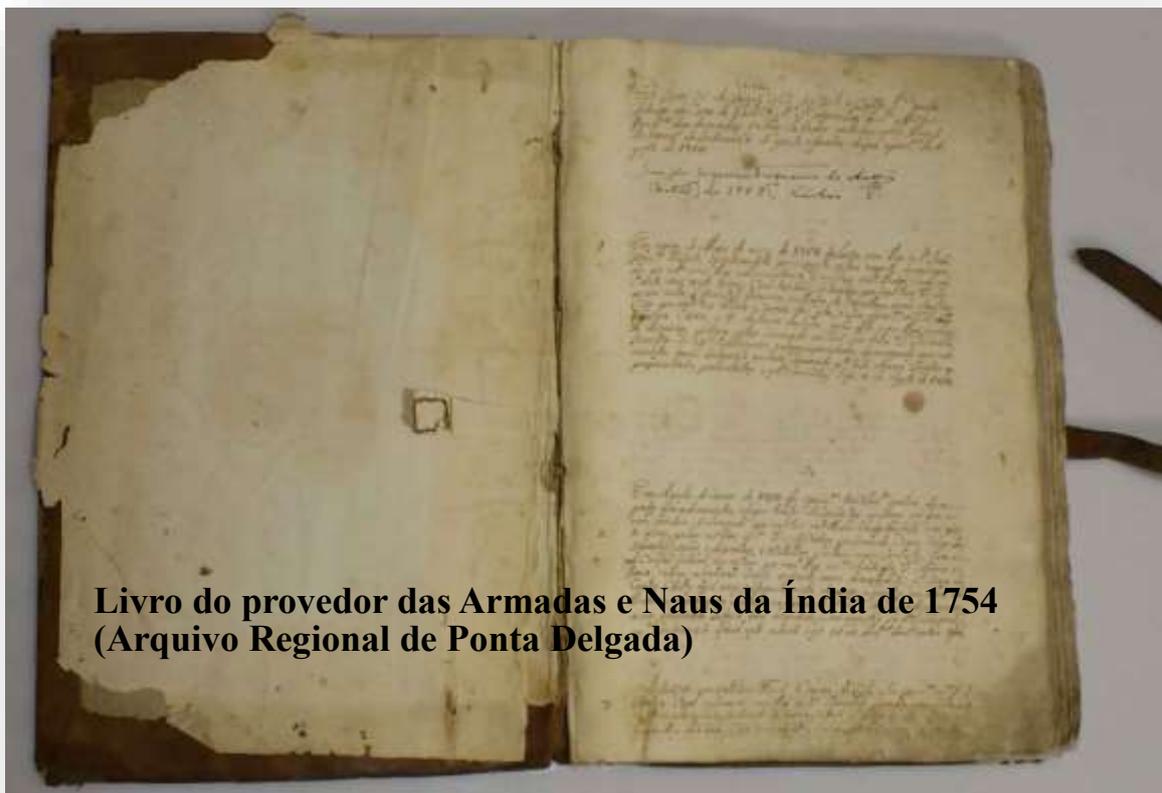


Na sessão cultural de **14 de janeiro**, realizada no Auditório da Academia de Marinha, foi apresentada a comunicação *“A extinção da Provedoria das Armadas e a criação da Intendência da Marinha nos Açores”*, pelo **Académico Manuel Augusto de Faria**.

O orador salientou que foi na sequência da *“abertura das rotas comerciais com trânsito pelos Açores em viagem de retorno da Índia e do Brasil, que a coroa decidiu nomear Pedro Anes do Canto, rico e prestigiado povoador de segunda leva da Terceira, provedor das armadas e naus da Índia”*. Apesar da historiografia açoriana não registar atividade específica da provedoria das armadas durante o período do Governo e Capitania-Geral dos Açores, há documentação conhecida que refere que *“as tarefas específicas do provedor das armadas eram desempenhadas pelo provedor da Fazenda Real”*.

Assim, foi nomeado *“um oficial da Marinha para intendente nos Açores, ao abrigo do alvará de 12 de agosto de 1797, que criou nas «diferentes capitanias da América» intendentes da Marinha saídos dos oficiais do Real Corpo da Marinha”*. O alvará era apenas para aplicação no Brasil, os Açores não sustentavam essa nomeação.

Aos intendentes era dado o governo de um arsenal, à semelhança do Arsenal Real em Lisboa. Por *“nas ilhas não haver, nem construções navais, nem mesmo porto algum para haver um Intendente da Marinha”*, o lugar não podia ser guarnecido.



**Livro do provedor das Armadas e Naus da Índia de 1754
(Arquivo Regional de Ponta Delgada)**

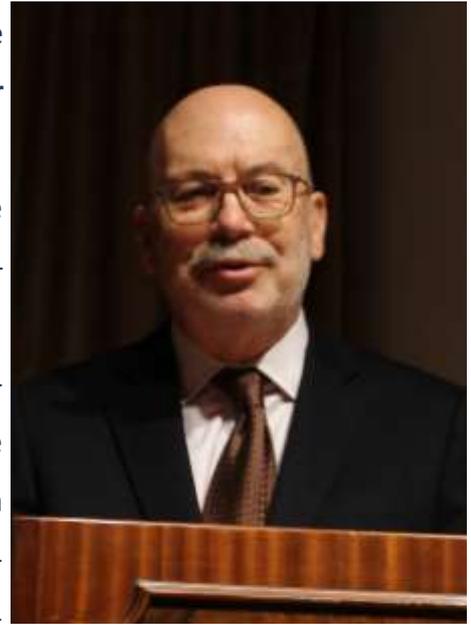
Sessão Cultural “D. Luís I e a cultura”

Na sessão cultural de **21 de janeiro**, realizada no Auditório da Academia de Marinha, foi apresentada a comunicação “*D. Luís I e a cultura*”, pelo **Prof. Doutor Salvato Teles de Menezes**, Presidente da Fundação D. Luís I.

D. Luís nasceu em Lisboa, a 31 de outubro de 1838 e em 28 de outubro de 1846, poucos dias antes de completar oito anos de idade, alistou-se na *Companhia dos Guarda-Marinhas*.

Para o conferencista, o Rei D. Luís era um homem muito culto, de grande sensibilidade artística e com uma enorme paixão pelo mar. Para além de pintar e caricaturar a sociedade da época, tinha a música como grande paixão. Tocava piano e violoncelo e compôs algumas peças musicais apreciadas por compositores estrangeiros seus contemporâneos. O seu violoncelo favorito, construído pelo italiano Antonio Stradivari, ainda existe e está em perfeito estado de conservação. D. Luís como dominava corretamente diversas línguas realizou diversas traduções, designadamente a obra *Hamlet*, de Shakespeare.

A terminar, realçou que a origem do gosto requintado que o Rei sempre manifestou ao longo da vida pela cultura, foi resultado “*do papel desempenhado pelos seus Pais, D. Maria II e D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, que criaram um ambiente familiar extremamente cuidadoso no que respeitou à educação dos filhos*”.



Rei D. Luís I

Sessão Cultural

“Nos primórdios da expansão marítima portuguesa (Século XIV)”

Em **28 de janeiro** decorreu, no Auditório da Academia de Marinha, uma sessão cultural com a comunicação intitulada “*Nos primórdios da expansão marítima portuguesa (Século XIV)*”, proferida pelo **Académico Bernardo de Vasconcelos e Sousa**.

Na sua apresentação, o Professor começou por lembrar que o início da expansão marítima portuguesa arrancou com a conquista de Ceuta, em 1415, tendo ficado genericamente associado ao começo da Época Moderna, apesar de ter havido outros destaques no final do século XV, designadamente a viagem marítima de Vasco da Gama para a Índia, em 1497-98.

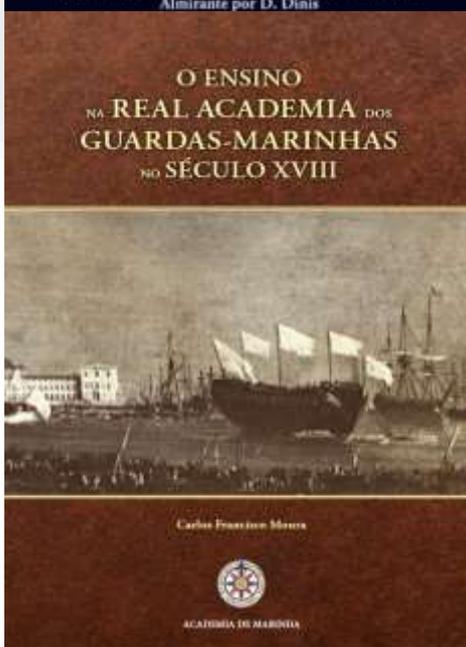
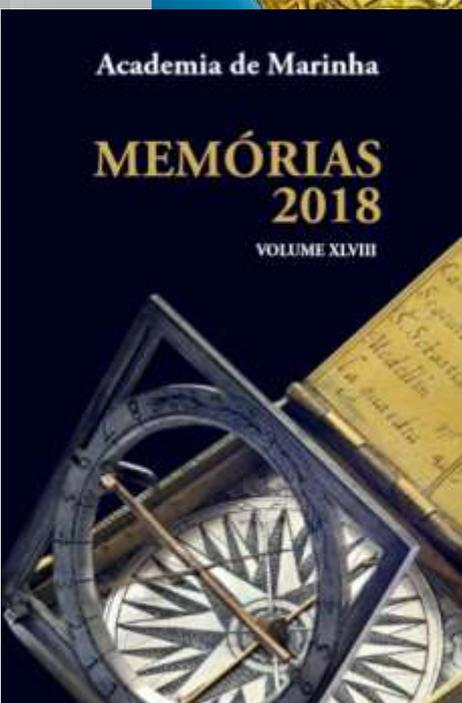
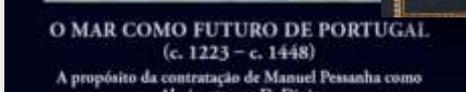
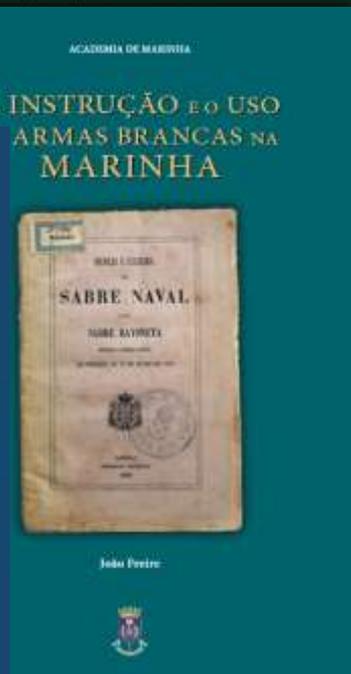
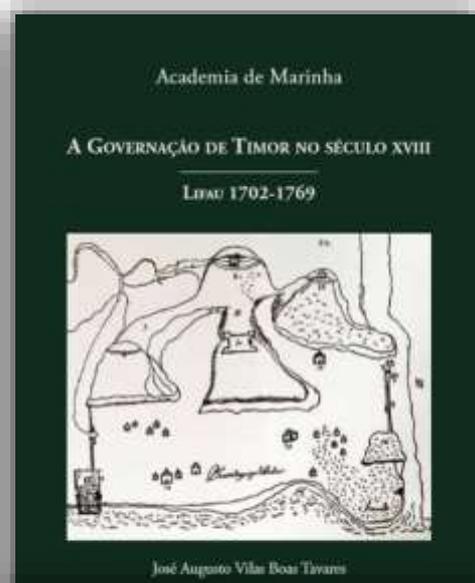
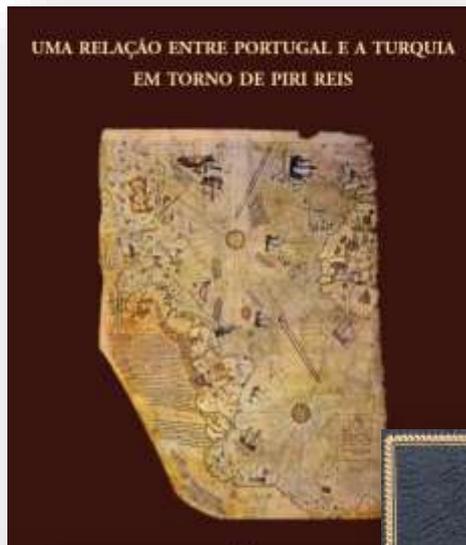
Ao longo da sua comunicação realçou os acontecimentos que foram mais importantes nos reinados de D. Dinis (1279-1325), nomeadamente com a formação de uma Marinha de guerra em 1317.

A terminar, revelou que foi com D. Afonso IV (1325-1357), que surgiu em Portugal, ainda na primeira metade do século XIV, o esboço do primeiro projeto de expansão marítima.



Fragmento do Atlas Catalão, portulano de Abraham Cresques no século XIV.

EDIÇÕES 2019 DA ACADEMIA DE MARINHA



Academia de Marinha



Prémio “Almirante Teixeira da Mota” / 2020



Até 30 de Setembro de 2020 está aberto o concurso para atribuição do Prémio “Almirante Teixeira da Mota” /2020, no valor pecuniário de cinco mil euros, a um trabalho original de pesquisa e investigação científica no âmbito das artes, letras e ciências ligadas ao Mar e às Marinhas.

Informações:

www.academia.marinha.pt

academia.marinha@marinha.pt

Telefones: 210 984 708/14



XVI EXPOSIÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS, "O MAR E MOTIVOS MARÍTIMOS"



A Academia de Marinha vai levar a efeito a XVI Exposição de Artes Plásticas - 2020, subordinada ao tema "O MAR E MOTIVOS MARÍTIMOS", este ano com um enfoque na viagem de Fernão de Magalhães.

A inauguração da exposição terá lugar no dia 16 de junho de 2020 pelas 17:30 horas.

A exposição, a realizar nas instalações do Museu de Marinha, em Belém, estará patente ao público a partir de 17 de junho até 31 de agosto de 2020, entre as 10:00 e as 18:00 horas.

O regulamento da XVI Exposição de Artes Plásticas encontra-se disponível para consulta na secretaria e no Portal da Academia de Marinha.

PROGRAMA DAS SESSÕES

Fevereiro

Terça, 4 - 17:30

Documentos inéditos para a expedição de Barreto-Homem ao Monomotapa (1569-1577): D. Sebastião, o Estado da Índia e a gestão do Império

Prof. Doutor Nuno Vila-Santa

Terça, 11 - 17:30

Competição e conflito nas "Ilhas de Solor" (1566-1636)

Académico José Vilas Boas Tavares

Terça, 18 - 17:30

Disputas e dilemas de segurança nos mares da China

Prof. Doutor Luís Tomé